



## CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.

COMPANHIA ABERTA  
CNPJ nº. 83.878.892/0001-55  
NIRE 42300011274

### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30/04/2012

#### PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

INSTRUÇÃO CVM Nº. 481 de 17 de Dezembro de 2009

Comunicamos aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral que será submetido à apreciação de seus Acionistas, na Assembléia Geral Ordinária da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., que realizar-se-á em 30 de abril de 2012, às 10 horas, na sede social da Empresa, na Avenida Itamarati, 160, no bairro Itacorubi, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a Proposta da Administração nos seguintes termos:

**1. Tomada de Contas dos Administradores, apreciação e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.**

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Celesc S.A foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e auditados pela KPMG Auditores Independentes - previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, na reunião realizada em 22 de março de 2012, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração do exercício de 2011, na forma prevista nos incisos II e I do Art. 9º, da Instrução CVM nº 481, 17 de dezembro de 2009, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu website ([www.celesc.com.br/ri](http://www.celesc.com.br/ri)), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

**2. Destinação do Lucro Líquido do Exercício**, no montante de R\$323,8 milhões, sendo que R\$16,19 milhões serão destinados a constituição da Reserva Legal; e **Dividendos Propostos**: a) ratificação dos juros sobre capital próprio já aprovado pela reunião do Conselho de Administração de 09.12.2011, no valor de R\$82,6 milhões com a distribuição de R\$2,01831360 por ação ordinária e R\$2,22014496 por ação preferencial, aos acionistas detentores de participação acionária em 30 de dezembro de 2011; e b) dividendos complementares no valor R\$9,8 milhões, com a distribuição de R\$0,23992078 por ação ordinária e R\$0,26391286 por ação preferencial, aos acionistas detentores de participação acionária em 30 de abril de 2012.

A administração recomenda a retenção dos dividendos que cabem ao acionista majoritário, o Estado de Santa Catarina, conforme Termo de Acordo assinado entre as partes em 31.01.2011, para liquidação do débito proveniente do Protocolo de Intenções ECP 003/1988;

**3. Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia.**

**4. Orçamento de Capital.**

**5. Eleição dos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e fixação das respectivas remunerações.**

**6. Fixação do montante global da remuneração dos integrantes da Diretoria Executiva.**

**André Luiz de Rezende**  
Diretor de Relações com Investidores



## **CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.**

COMPANHIA ABERTA  
CNPJ nº. 83.878.892/0001-55  
NIRE 42300011274

### **COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

INSTRUÇÃO CVM Nº. 480 de 07 de Dezembro de 2009 e INSTRUÇÃO CVM Nº. 481 de 17 de Dezembro de 2009

#### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 10**

No ano, a exemplo do que aconteceu em 2009 quando a crise financeira norte-americana contaminou os mercados mundiais - um novo cenário de instabilidade, agora com ênfase na zona do euro, abalou a economia brasileira.

Apesar da demanda interna ainda aquecida pelas facilidades de acesso ao crédito, com queda nos níveis de desemprego e evolução positiva do rendimento das famílias, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu apenas 2,7% em relação a 2010.

O desempenho do PIB em 2011 foi influenciado principalmente pelo resultado da indústria nacional, que registrou o tímido crescimento de 1,6% (ante 10,6% em 2010/2009), fortemente impactado pela queda das exportações. Segundo o IBGE, em 2011, o consumo das famílias subiu 4,1% ante 2010. O índice foi um dos principais fatores a sustentar positivamente a taxa de crescimento econômico no ano passado.

No ambiente do setor elétrico, a desaceleração da economia, associada ao alto nível dos reservatórios das hidrelétricas, motivou sobra de energia no mercado e redução do Preço de Liquidação e Diferenças – PLD, quase 60% menor que o praticado no ano anterior, reduzindo a arrecadação das comercializadoras. Em paralelo, a alta do petróleo internacional repercutiu nos custos de aquisição do gás natural.

Na área de atuação da Celesc, as vendas da indústria fecharam 2011 com um aumento de 1,4%, contra 3,4% em 2010/2009. Dados da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) mostram quedas expressivas em segmentos importantes como o têxtil (-17%) e o moveleiro (-10,6%), fortemente impactados pelos sobressaltos do câmbio e o avanço da concorrência dos países asiáticos. A redução do consumo, somada à migração de indústrias para o Ambiente de Contratação Livre – ACL, resultou na involução de 13% de participação da classe no mercado cativo.

#### **10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais**

As Centrais Elétricas de Santa Catarina atuam de forma estratégica, aperfeiçoando sua estrutura financeira e patrimonial, executando a política energética formulada pelo Governo de Santa Catarina, produzindo retornos satisfatórios aos investidores e auxiliando a promoção do desenvolvimento econômico da sociedade catarinense.

A Companhia apresenta plenas condições financeiras e patrimoniais tanto para cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, como também dar cumprimento aos objetivos e investimentos estratégicos.

O lucro líquido aumentou em termos nominais mais de 160% nos últimos três exercícios, e 18,42% entre 2010 e 2011.

O resultado foi fortemente influenciado pela atividade de Distribuição que no último ano registrou aumento do Lucro Líquido em 59,34% e mais de 396% no triênio.

A Celesc Distribuição responde por cerca de 95% da receita do grupo, embora as demais atividades, de geração de energia e fornecimento de gás estejam tornando-se cada vez mais importantes.

Como reflexo, o EBITDA no exercício de 2011 atingiu R\$585,69 milhões e a de lucro líquido sobre receita líquida passou de 3,56% em 2010 para 7,73% em 2011.



Nas atividades de geração de energia, o volume produzido pela Celesc Geração registrou em 2011 uma redução de 6,22% relativamente a 2010. Tal redução teve origem na paralisação de duas usinas por cerca de dois meses, além do menor índice pluviométrico. A redução no volume de energia gerada ensejou a diminuição do Lucro Bruto em semelhante proporção. O aumento, porém, nos custos e a diminuição nas receitas financeiras tornaram o Lucro Líquido da Celesc Geração em 2011, 37,38% menor que em 2010.

Santa Catarina registrou em 2011 um aumento significativo na demanda por gás natural, o que influenciou positivamente as atividades da SCGAS. Do ponto de vista do resultado econômico, porém, a SC GÁS se viu prejudicada em função do reajuste tarifário permitido pelo Governo do Estado não haver contemplado a integralidade da elevação do custo de aquisição. A questão tarifária, portanto, foi responsável por uma diminuição de 37,38% no Lucro Líquido do exercício 2011 relativamente a 2010.

Praticamente a totalidade dos indicadores financeiros e patrimoniais do grupo apresentou progressos significativos durante o triênio 2009-2011. O destaque ficou com o acréscimo do lucro líquido em 160,36% - resultado mais do que acompanhado pela evolução do EBITDA (LAJIDA).

Pode-se reportar um ligeiro crescimento do passivo total, com predomínio para a porção circulante, o que, contudo, não compromete a liquidez - quer de curto como de longo prazo. Nesse sentido, o grupo Centrais Elétricas de Santa Catarina exibe índices de liquidez bastantes conservadores, inclusive com tendência ao aumento sensível da representatividade tanto do Lucro Líquido como do Patrimônio Líquido em relação ao montante total de Passivos.

<i>Análise da estrutura financeira e patrimonial</i> (em milhares de Reais)			
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Patrimônio Líquido	2.174.531	1.940.507	1.737.793
Receitas Líquidas	4.191.414	4.036.765	3.498.260
Custos e Despesas (não financeiras)	3.752.582	3.763.726	3.409.940
Lucro Operacional	438.832	273.039	88.320
Receita Financeira Líquida	15.218	84.810	74.920
Lucro Líquido	323.887	273.516	124.399
Ativo Circulante	1.472.191	1.211.010	1.190.372
Passivo Circulante	1.325.420	1.188.129	1.037.067
Passivo Total	3.190.699	3.061.365	3.008.826
Ativo Total	5.365.230	5.001.872	4.746.619
Depreciação	155.810	155.306	140.063
EBITDA (LAJIDA)	586.689	421.685	192.101
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	14,89%	14,10%	7,16%
Lucro Líquido / Receita Líquida	7,73%	6,78%	3,56%
Ativo Circulante / Passivo Circulante	111,07%	101,93%	114,78%



Ativo Total / Passivo Total	168,15%	163,39%	157,76%
Passivo Circulante/ Passivo Total	41,54%	38,81%	34,47%
Patrimônio Líquido/ Passivo Total	68,15%	63,39%	57,76%
Lucro Líquido / Passivo Total	10,15%	8,93%	4,13%

<b><i>Evolução dos Indicadores (2011-2009)</i></b>	
<b>Evolução da Receita Líquida</b>	<b>19,81%</b>
<b>Evolução Custos e Despesas</b>	<b>10,05%</b>
<b>Evolução Receita Financeira Líq.</b>	<b>-79,69%</b>
<b>Evolução Lucro Líquido</b>	<b>160,36%</b>

Em 2010 a Companhia viu aumentada a sua receita líquida em 15,4%, em relação ao exercício de 2009, resultado de um acréscimo de 108.636 novos clientes na área de distribuição de energia, bem como, de um reajuste tarifário positivo, com impacto médio de 9,85% para os consumidores da Celesc Distribuição.

Também em 2010, a receita líquida foi supletivamente impulsionada pelo segmento de distribuição de gás natural canalizado, com o ingresso de 343 novos consumidores, em sua maioria, clientes residenciais.

Embora o resultado geral em 2010 tenha sido fortemente influenciado pelos fenômenos de cunho regulatório e operacional, ocupou também lugar importante o resultado financeiro do Grupo - reflexo do valor justo do investimento junto à coligada Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), no montante de aproximadamente 16 milhões de Reais.

Outro fator determinante para o crescimento do lucro líquido de 2010 foi a diminuição de 24,93% da rubrica "Outras receita (despesas) operacionais", na qual se registrou um montante superior de reversão de provisões passivas se comparado aos valores provisionados.

Também teve influência em 2010 a receita de construção, 77,5% superior ao valor de 2009. A rubrica receita de construção é fruto da conversão das normas contábeis ao IFRS, no qual os valores de investimento em construção até então registrados diretamente no Ativo Imobilizado, passaram pelo resultado nas contas de receita e custo de construção.

A Celesc Distribuição adota margem de construção zero, de forma que os valores de receita são iguais aos de custo de construção, não havendo influência sobre o lucro líquido. Assim, refere-se à contabilização da receita de construção de infra-estrutura proveniente dos contratos de concessão do Grupo, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do trabalho realizado. Em virtude da terceirização dessa atividade com partes não relacionadas, o Grupo considera a margem de construção irrelevante, e, dessa forma, não a utiliza no reconhecimento da receita de construção.

#### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Todas as empresas do grupo apresentam índices de liquidez – tanto de curto prazo como de longo prazo – conservadores, além de lucros líquidos compatíveis com os respectivos patrimônios e níveis de endividamento.

Pode-se assinalar um ligeiro aumento na composição de curto prazo dos passivos, ocasionada basicamente pelos empréstimos bancários, debêntures e Finame.



A seguir estão apresentados índices e coeficientes financeiros e patrimoniais de maior relevância das empresas e consolidados, destacando que todos os resultados encontram-se conforme as normas contábeis atuais.

	Consolidado			Controladora			Celesc Distribuição			Celesc Geração			SC Gás		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009	2011	2010	2009	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Patrimônio Líquido	2.174.531	1.940.507	1.737.793	2.174.531	1.940.507	1.737.793	1.484.443	1.214.163	1.516.988	306.345	260.870	244.319	186.598	201.017	186.203
Receitas Líquidas	4.191.414	4.036.765	3.498.260	325.914	-	-	4.031.621	3.888.854	3.363.320	51.810	54.747	50.277	489.370	453.307	442.721
Custos e Despesas (não financeiras)	3.752.582	3.763.726	3.409.940	14.231	-	-	3.632.601	3.696.357	3.342.822	32.452	28.100	25.147	425.094	336.560	350.544
Lucro Operacional	438.832	273.039	88.320	311.683	246.803	113.565	399.020	192.497	20.498	19.358	26.647	25.130	64.276	116.747	92.177
Receita Financeira Líquida	15.218	84.810	74.920	12.204	37.900	21.219	3.531	42.204	49.185	1.375	3.998	4.389	1.482	4.695	9.751
Lucro Líquido	323.887	273.516	124.399	323.887	273.516	124.399	287.411	180.379	57.937	13.804	22.043	21.727	43.981	80.778	66.842
Ativo Circulante	1.472.191	1.211.010	1.190.372	124.185	116.987	62.609	1.344.899	1.270.370	1.152.914	368.069	38.587	244.319	93.702	145.264	135.274
Passivo Circulante	1.325.420	1.188.129	1.037.067	87.275	92.577	50.217	1.256.551	1.186.992	892.993	395.301	18.366	16.168	119.964	132.626	123.991
Passivo Total	3.190.699	3.061.365	3.008.826	95.109	100.449	92.057	3.012.828	2.953.557	2.179.574	467.689	89.523	88.885	124.955	142.362	141.714
Ativo Total	5.365.230	5.001.872	4.746.619	2.269.640	2.040.956	1.829.850	4.497.271	4.167.720	3.696.562	395.301	350.393	333.204	311.553	343.379	327.916
Depreciação	155.810	155.306	140.063	1.535	3	-	143.032	144.961	129.861	6.859	5.962	1.247	-	25.684	25.582
EBITDA (LAJIDA)	586.689	421.685	192.101	-12.696	16.932	7.185	542.052	337.458	315.377	26.370	32.608	31.008	65.759	147.126	117.759
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	14,89%	14,10%	7,16%	14,89%	14,10%	7,16%	19,36%	14,86%	3,82%	4,51%	8,45%	8,89%	23,57%	40,18%	35,90%
Lucro Líquido / Receita Líquida	7,73%	6,78%	3,56%				7,13%	4,64%	1,72%	26,64%	40,26%	43,21%	8,99%	17,82%	15,10%
Ativo Circulante / Passivo Circulante	111,07%	101,93%	114,78%	142,29%	126,37%	124,68%	107,03%	107,02%	129,11%	93,11%	210,10%	1511,13%	78,11%	109,53%	109,10%
Ativo Total / Passivo Total	168,15%	163,39%	157,76%	2386,36%	2031,83%	1987,74%	149,27%	141,11%	169,60%	84,52%	391,40%	374,87%	249,33%	241,20%	231,39%
Passivo Circulante/ Passivo Total	41,54%	38,81%	34,47%	91,76%	92,16%	54,55%	41,71%	40,19%	40,97%	84,52%	20,52%	18,19%	96,01%	93,16%	87,49%
Patrimônio Líquido/ Passivo Total	68,15%	63,39%	57,76%	2286,36%	1931,83%	1887,74%	49,27%	41,11%	69,60%	65,50%	291,40%	274,87%	149,33%	141,20%	131,39%
Lucro Líquido / Passivo Total	10,15%	8,93%	4,13%	340,54%	272,29%	135,13%	9,54%	6,11%	2,66%	2,95%	24,62%	24,44%	35,20%	56,74%	47,17%

	Consolidado			Controladora			Celesc Distribuição			Celesc Geração			SC Gás		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009	2011	2010	2009	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Evolução da Receita Líquida	<b>19,81%</b>						<b>19,87%</b>			<b>3,05%</b>			<b>10,54%</b>		
Evolução Custos e Despesas	<b>10,05%</b>						<b>8,67%</b>			<b>29,05%</b>			<b>21,27%</b>		
Evolução Receita Financeira Líq.	<b>-79,69%</b>			<b>-42,49%</b>			<b>-92,82%</b>			<b>-68,67%</b>			<b>-84,80%</b>		
Evolução Lucro Líquido	<b>160,36%</b>			<b>160,36%</b>			<b>396,08%</b>			<b>-36,47%</b>			<b>-34,20%</b>		

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou cotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor do resgate.

Não existe intenção de resgatar as ações de emissão da Companhia.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

A estrutura de capital das Centrais Elétricas de Santa Catarina (grupo) apresenta níveis conservadores de alavancagem. Em especial na Celesc Distribuição, visa-se adequar a estrutura de capital investindo parcela relevante de capital de terceiros no ativo remunerável. Desse modo, busca-se deslocar o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de modo a permitir uma adequada remuneração do capital.

O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.



	2011	2010
Total de Empréstimos	371.098	320.341
menos: caixa e equivalentes de caixa	-442.495	-260.252
Dívida Líquida	-71.397	-60.089
Capital Próprio (P.Líquido) 68,15%	2.174.531	2.000.596
Capital de Terceiros (Passivo) 31,85%	3.190.699	3.061.365
Índice de Alavancagem Financeira - %	3,28	3,00

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas empresas apresentam plena e sólida capacidade de pagar suas obrigações financeiras.

Nos últimos três anos a capacidade de pagamento da empresa, estimada pelo EBITDA (LAJIDA) aumentou mais de 200%, o que, considerado conjuntamente com o volume de passivos, demonstra a crescente capacidade das Centrais Elétrica de honrar os compromissos assumidos.

A quase totalidade dos compromissos financeiros das Centrais Elétricas de Santa Catarina é derivada das atividades da Celesc Distribuição, a qual apresenta também seguros índices de endividamento e liquidez, tanto de curto prazo como de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 14 de abril de 2011, a Companhia, por meio da subsidiária Celesc Distribuição, contratou junto ao Banco do Brasil Financiamento de Capital de Giro, com taxa de juros anual de 11, 832 % mais IRP (Índice de Remuneração da Poupança). Tal operação contempla o montante de R\$ 80.000.000 para utilização sob a forma de Capital de Giro, tendo prazo total de quitação de 18 meses com carência de 12 meses para pagamento do capital e juros, divididos em seis parcelas mensais.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Tal situação não se aplica, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias possuem índices de liquidez seguros e contam, de regra, com suficientes recursos próprios a fim de cobrir as necessidades de capital de giro.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

A companhia adota políticas conservadoras de captação de recursos financeiros, portanto os índices de endividamento das Centrais Elétricas de Santa Catarina são modestos. Muito embora em 2011 tenha havido maior concentração relativa do endividamento no curto prazo, a situação geral é favorável devido aos adequados índices de liquidez.

No mês de abril de 2011, a Celesc Distribuição captou 80 milhões de Reais, junto ao Banco do Brasil, para Financiamento de Capital de Giro. A taxa anual pactuada foi 11, 832 % mais IRP (Índice de Remuneração da Poupança) e o prazo de quitação compreende 18 meses carência de 12 meses para pagamento do capital e juros, divididos em seis parcelas mensais.

O FIDC ou "Fundos de Recebíveis", é uma modalidade de fundo de investimento cujos ativos são compostos de direitos creditórios. A Celesc Distribuição ofereceu como recebíveis, os direitos creditórios referentes ao consumo futuro de energia elétrica de unidades consumidoras pré-selecionadas, todas com perfil de adimplência. De acordo com as práticas contábeis no Brasil, o FIDC foi consolidado e a parcela do passivo referente às quotas adquiridas por terceiros são apresentadas como dívida no passivo.

A Empresa Catarinense de Comercialização de Energia emitiu em 16 de março de 2011 série única de 75 debêntures no valor de



R\$75.000, com prazo de vigência de cinco anos. A espécie das debêntures é simples, não conversível em ações. Sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos, acrescida uma sobretaxa de 1,30% ao ano, com base em 252 dias úteis. O valor nominal unitário das debêntures será amortizado a partir do 6º mês, contando da data de emissão, em parcelas mensais e consecutivas, conforme cronograma disposto na escritura de emissão das debêntures, iniciando em 16 de setembro de 2011.

A tabela abaixo apresenta a composição dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina (grupo):

Empréstimos						
<i>(em Milhares de Reais)</i>						
	Taxa Anual de Juros e Comissões	2011	2010	2009	Garantia	2011-2009
BNDES	TJLP + 4,50	4.008	17.474	17.517	Subordinada	-77,12%
Empréstimos Bancários	11, 832% a.a + IRP	103.376	45.472	68.041	Subordinada	51,93%
Eletrobrás	5%	151.092	140.510	100.098	Subordinada	50,94%
FIDC	CDI + 0,97	63.425	112.604	152.469	Subordinada	-58,40%
Debêntures	CDI+1,30%	21.484	-	-	Subordinada	-
Finame	5%	27.713	4.281	-	Subordinada	-
<b>Total de Empréstimos</b>		<b>371.098</b>	<b>320.341</b>	<b>338.125</b>		<b>9,75%</b>
<b>Circulante</b>		<b>241.298</b>	<b>109.720</b>	<b>90.299</b>		<b>167,22%</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>129.800</b>	<b>210.621</b>	<b>247.826</b>		<b>-47,62%</b>
de um a cinco anos		110.031	190.611	226.988		-51,53%
mais de cinco anos		19.769	20.010	247.826		-92,02%

Os empréstimos e financiamentos contratados junto à Eletrobrás pela Celesc Distribuição destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da contratante. Em 2010, cabe destacar, o crescimento em 40%, proveniente do aporte de recursos pela Eletrobrás, no valor de R\$ 54,5 milhões para cobertura financeira dos custos diretos do programa de obras de transmissão para o Estado de Santa Catarina, visando à recuperação do sistema elétrico, no âmbito da concessionária, pelos projetos de subestações de tensão de 138KV e linhas de transmissão na tensão de 138KV.

A Controlada SCGÁS possui um contrato de empréstimo junto ao BNDES, com saldo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 8.680.581, cuja finalidade é à ampliação de rede de gás natural. A garantia do financiamento é a manutenção dos títulos em cobrança de alguns clientes especificados em contrato. Tal empréstimo possui vencimento final para 15 de novembro de 2013.

Do total de empréstimos mantidos pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina, 92,45% pertencem a Celesc Distribuição e referem-se basicamente a investimentos na rede de distribuição, subestações e, no caso do Finame, compra de equipamentos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Do ponto de vista das garantias, todas as dívidas da companhia são subordinadas, sendo praticamente todas garantidas por recebíveis, conforme demonstra o quadro de empréstimos acima.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores imobiliários e à alienação do controle societário.

As empresas controladas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, como as Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas subsidiárias estão sujeitas a procedimentos específicos no tocante a alienação de controle acionário, que, segundo o artigo 13º da Constituição do Estado, dependem de lei específica.

Além disso, algumas das demais empresas do grupo possuem dispositivos especiais, normalmente atinentes à concessão do serviço público que exploram.



O Contrato de Concessão de Distribuição nº 56/1999 estabelece que é vedado a Celesc Distribuição ter seu controle acionário modificado sem prévia autorização expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica. De modo semelhante, se faz também necessária a autorização expressa do órgão regulador a cessão, alienação ou dação em garantia de qualquer bem vinculado à concessão.

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 55/1999 estabelece que é vedado a Celesc Geração ter seu controle acionário modificado sem prévia autorização expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica. De modo semelhante, se faz também necessária a autorização expressa do órgão regulador a cessão, alienação ou dação em garantia de qualquer bem vinculado à concessão.

Restrições legais de endividamento das empresas sob controle estatal dificultam o acesso das Centrais Elétricas de Santa Catarina de suas subsidiárias integrais às linhas de crédito do BNDES, impossibilitando-as de competir em igualdade de condições pela oferta de capital. Tais restrições encontram-se basicamente materializadas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na impossibilidade de empréstimos do BNDES.

## 10.2 – Resultado Operacional e Financeiro

O desempenho da economia catarinense foi bastante influenciado pela variação negativa de muitos de seus principais setores industriais a exemplo do moveleiro, têxtil e madeireiro - cujas vendas industriais regrediram de 10 a 20% em relação a 2010.

Desse modo, mesmo com o bom desempenho da construção civil e dos setores de comércio e serviços, os resultados agregados da economia catarinense ficaram abaixo da média nacional.

O consumo de energia da classe comercial cresceu em 2011 8,5% - o que foi responsável por compensar o modesto desempenho das outras classes, resultando, ao final de 2011, em um aumento do consumo de energia elétrica de 3,4%.

a.resultado das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

As Centrais Elétricas de Santa Catarina atuam basicamente nas atividades de distribuição de energia, geração de energia e fornecimento de gás natural. O principal setor de atuação é o de distribuição de energia elétrica. Muito embora as atividades da Distribuição tenham – nos últimos três anos – sido responsáveis por mais de 96% da Receita Líquida, as empresas de geração e fornecimento de gás têm uma importância relevante em relação ao Lucro Líquido do grupo.

<i>Lucros Individuais e participação proporcional</i>				
<i>(em Milhares de Reais)</i>				
	2011	2010	2009	2011-2009
Lucro Líquido	323.887	273.516	124.399	160,36%
Celesc Distribuição	287.411	180.379	57.937	396,08%
	83,26%	63,69%	39,55%	
Celesc Geração	13.804	22.043	21.727	-36,47%
	4,00%	7,78%	14,83%	
SC Gás	43.981	80.778	66.842	-34,20%
	12,74%	28,52%	45,62%	





A contribuição, portanto, de cada uma das atividades para o lucro do grupo apresenta grande variabilidade, uma vez que cada segmento tem determinantes próprios.

Contudo, essa variedade tende a trazer ao grupo maior estabilidade geral, como ficou evidenciado em 2009.

A atividade de distribuição de energia sofre influência quase que exclusivamente da venda a consumidores cativos. Os preços são estabelecidos pela agência reguladora e o volume vendido de energia elétrica depende de parâmetros que contemplam desde a temperatura como os aspectos gerais da atividade econômica, não somente circunscritos à área de concessão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou um reajuste no valor da tarifa de energia elétrica equivalente a 1,19% sobre o valor pago pelos consumidores cativos. A variação no valor da tarifa é produto de um ajuste de -0,28% na parcela A (custos não-gerenciáveis) e +1,86% na parcela B (custos gerenciáveis). Considerando que a parcela B representa 25% do total arrecadado, o resultado na receita requerida da Celesc Distribuição foi de +1,58%.

A Receita Operacional Bruta da Celesc Distribuição reportou um aumento de 5,37%, comparada à de 2010. O aumento da receita foi acompanhado de redução nos custos operacionais da ordem de 3,34%. Desse modo, mesmo com o aumento das despesas financeiras em 51,74 milhões de Reais, a empresa obteve um lucro líquido em 2011 superior ao de 2010 em 59,35%.

As atividades de Celesc Geração resultaram em uma receita bruta de 58,23 milhões de Reais e um lucro líquido de 13,8 milhões de Reais durante o ano de 2011.

A Celesc Geração S.A. detém Concessão de Serviço Público de Geração no Estado de Santa Catarina e atualmente, sua atuação se dá 95% no mercado livre e 5% no mercado regulado, ou seja, suas operações de Compra e Venda de Energia Elétrica atendem em sua maioria ao Ambiente de Contratação Livre, através de contratos bilaterais diretamente com seus clientes, e que são oriundos de processos licitatórios na forma de Leilões de Energia, realizados conforme legislação vigente.

Em 2011, a Empresa participou do 11º Leilão de Ajuste, firmando seus primeiros contratos no Ambiente Regulado com duas distribuidoras.

A formação de receita da Celesc Geração é composta por uma carteira de clientes diversificada entre as classes industrial, comercial e suprimento (comercializadoras e distribuidoras de energia), através da formalização de contratos de curto, médio e longo prazo. O preço médio dos contratos existentes com base em 2011 é 118,00 R\$/MWh.

Em julho de 2011 a Celesc Geração obteve a liberação por parte da Aneel para pôr em funcionamento duas unidades geradoras na Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Prata totalizando a potência instalada de 3.000 kW. A PCH Prata integra a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Cia. Energética Rio das Flores, cuja participação da Celesc Geração corresponde a 25%. As atividades do novo empreendimento agregarão 0,75 % à potência instalada da Celesc Geração.

As vendas no curto prazo em 2011, originadas a partir das sobras energéticas das usinas, reduziram 47% em relação a 2010. Em contrapartida as negociações no longo prazo, mais seguras e rentáveis para a empresa, cresceram 7,16 % em relação a 2010.

A Empresa busca reaver na justiça em torno de R\$ 2,6 mi, relativo à inadimplência de contrato de longo prazo firmado com a empresa Pelzer System/Marc Pelzer Ltda.

No que respeita às atividades de fornecimento de gás natural desenvolvidas pela SCGAS, não obstante a diminuição da receita devido a um aspecto regulatório-tarifário, registrou-se um vigoroso crescimento das vendas médias diárias, que em 2011 atingiram 1.835 mil m³/dia, ante 1.741 mil m³/dia em 2010, representando 5,4% de aumento. Pode-se destacar ainda o crescimento de 6,0% do mercado industrial, 24,4% e 52,9% nos mercados comercial e residencial, respectivamente.



Outro fato bastante positivo relegado à empresa de fornecimento de gás natural é ampliação da Carteira de Clientes: o número de clientes foi ampliado em 47,3%, passando de 1.988 ao final de 2010 para 2.928 em dezembro de 2011, com destaques para os crescimentos de 61,3% no mercado residencial, 12,2% no comercial e 8,2% no industrial.

Por fim, vale ressaltar que tal trajetória de crescimento encontra-se sustentada sobre bases sólidas, uma vez que além de elevada a demanda por gás natural, também se amplia continuamente a rede de distribuição: foram investidos aproximadamente 58,8 milhões de Reais, grande parte na construção de 75 km de novas redes de distribuição, ampliando para 956 km a extensão total de redes implantadas pela SCGAS em Santa Catarina.

### **Exercício de 2010**

O ano 2010 caracterizou-se por uma recuperação parcial das economias mundiais, com um crescimento bastante pronunciado nos países emergentes e em poucos países de economia mais avançada como Estados Unidos, Alemanha e Japão. Nos demais países industrializados o desenvolvimento no ano foi bastante reduzido.

As autoridades monetárias dos Estados Unidos e o Banco Central Europeu mantiveram uma política expansiva, com manutenção de taxas de juros historicamente mínimas.

No que diz respeito aos mercados financeiros, o desenvolvimento dos índices de ações foi bastante mais díspar. Uma alta significativa na bolsa na Alemanha e uma desvalorização muito acentuada nos papéis italianos e espanhóis.

Na Zona do Euro, em 2010, ao lado do setor bancário, o de utilities foi o único a obter desempenho negativo, em cerca de 8% (Stoxx 600 utilities). No Brasil, ao contrário, o Índice de Energia Elétrica, da Bovespa, registrou uma valorização nominal de quase 12%.

De certo modo, havia no Brasil um conjunto de expectativas favoráveis em relação à recuperação pós-crise financeira de 2007 e 2008, onde o impulso à demanda interna continuou sendo à base do desenvolvimento econômico e o mercado de trabalho voltou ao dinamismo pré-crise.

A massa salarial cresceu e com ela a confiança para consumir. Os investimentos industriais foram retomados para atender o aquecimento do mercado, especialmente no primeiro trimestre do ano, marcado pelos incentivos fiscais para a compra de veículos e eletrodomésticos. Ao longo do ano, a demanda interna se desacelerou aos poucos e acabou crescendo bem menos do que a produção. No ano, o PIB (Produto Interno Bruto) apresentou crescimento de 7,5%, contra índice negativo de 0,6% em 2009.

O ambiente favorável no cenário nacional, também se fez presente em alguma medida na área de atuação da Celesc. Em Santa Catarina, com o reaquecimento do consumo, os investimentos industriais foram retomados. A atividade industrial registrou ritmo forte no primeiro trimestre e depois se acomodou. Com o fim das medidas anti-crise (desoneração de IPI para veículos e linha branca), o Estado terminou 2010 com resultados positivos, mas inferiores à média nacional.

No ambiente regulatório da atividade de Distribuição, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, em seis de agosto de 2010, publicou no Diário Oficial da União – DOU, a Resolução Homologatória nº 1.037, estabelecendo as tarifas a serem praticadas pela Celesc Distribuição no período de 07 de agosto de 2010 a 06 de agosto de 2011. Tais tarifas foram reajustadas, em média, 16,75%,



sendo 9,25% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 7,50% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 9,85% a ser percebido pelos consumidores cativos.

A receita operacional líquida consolidada (ROL) manteve sua trajetória de crescimento, apresentando no acumulado de 2010, evolução de 15,39% em relação a 2009 totalizando R\$4.036 milhões

No ano de 2010, As despesas operacionais consolidadas, que refletem as despesas administrativas e com vendas, acumularam nos doze meses de 2010, o valor de R\$392,1 milhões, representando queda de 24,9% em relação ao mesmo período de 2009.

Tal variação expressiva decorre, basicamente: (i) da base de comparação, ou seja, em 2009 haviam sido contabilizados como despesa a baixa do ativo constituído como “Energia Livre” de aproximadamente R\$40 milhões; (ii) a reavaliação do risco de contingências judiciais que resultaram na reversão de provisões passivas. Destaca-se a reversão de R\$28 milhões com base na última avaliação de risco efetuada por escritório habilitado para o acompanhamento do processo que se refere à compensação de créditos decorrentes da ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS prevista no art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, onde a possibilidade de perda do direito foi reclassificada como remota, tendo em vista que a matéria encontra-se pacificada no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

O resultado das atividades obteve crescimento extraordinário da ordem de 237,03% em relação ao exercício de 2009, proveniente da constituição da reversão de provisões. Em função disso, o EBITDA acumulado da Celesc foi de R\$421,6 milhões em 2010. A expectativa da Diretoria é de que as diversas ações efetivadas visando à redução dos custos e o incremento da eficiência operacional permitirá ao Grupo Celesc buscar uma trajetória mais crescente na geração operacional de caixa.

Em 2010, o Grupo Celesc registrou lucro líquido de R\$273,5 milhões (aumento de 120% em relação a 2009) reflexo, principalmente, dos resultados de suas subsidiárias integrais Celesc Distribuição S.A. (R\$180,3 milhões), Celesc Geração S.A. (R\$22 milhões) e SCGAS (R\$80,7 milhões).

#### • **Celesc Distribuição S.A.**

Em 2010, colaboraram para o desempenho deste indicador: o maior consumo de energia elétrica proveniente do crescimento vegetativo, a recuperação expressiva do mercado no quarto trimestre de 2010 e o reajuste tarifário concedido pela ANEEL em agosto com impacto médio de 9,85%, onde índice determinado pela ANEEL incidiu de forma diferenciada para as diversas classes de consumidores da Empresa. Os consumidores ligados em Baixa Tensão tiveram impacto médio 8,94% em suas contas de energia elétrica. Os consumidores ligados em Alta Tensão tiveram impacto médio de 10,89%.

A evolução da receita foi suficiente para cobrir o aumento dos custos e despesas operacionais que foram impactadas tanto por fatores recorrentes, como principalmente pelos gastos com energia comprada no 2º semestre de 2010, fruto dos despachos de termoeletricas e consequente elevação do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, bem como, a variação da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, que registrou crescimento de 44% e o reconhecimento dos custos de construção que somaram 376,2 milhões.

#### • **Celesc Geração S.A.**

A Receita Operacional Bruta da subsidiária de geração foi de R\$61,8 milhões, 7,1% maior que o ano anterior, como principais fatos, o volume pluviométrico acima da média registrado durante o período nas bacias das usinas, aliado a melhoria do índice de disponibilidade das unidades geradoras ocasionado pela forte atuação de Manutenção Preventiva, fazendo com que fosse registrado, em 2010, recorde histórico de produção de energia do parque gerador da Celesc Geração. No ano de 2010, foram produzidos 612 GWh, ante média anual de 485 GWh (gigawates-hora) nos últimos três anos.

Devido ao planejamento estratégico de sazonalização de Garantia Física (processo de alocação dos montantes de Garantia Física mensalmente na CCEE, buscando melhorar a receita através da previsão de preços de energia, considerando a energia comprometida em contratos existentes e flexibilidades contratuais) realizado pela equipe técnica da Divisão de Engenharia e Regulação – DVER,



foram alocados 105% do montante da Garantia Física para o segundo semestre de 2010, cujo valor previsto de PLD seria mais elevado devido ao período seco da região Sudeste/Centro Oeste, mantendo-se apenas 95% da Garantia Física no primeiro semestre, onde a previsão apontava preços de energia menores até mesmo registrando valores de PLD mínimo.

Com a concretização da previsão, foi registrado no segundo semestre um aumento significativo no preço da energia elétrica no mercado livre (PLD), elevando o valor médio dos leilões de curto prazo ocorridos neste período, fazendo com que o montante de 105% de Garantia Física alocado para este período aumentasse a receita.

Ainda, o montante de 95% alocado no primeiro semestre, que teve registro de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD mínimos, resultou em menor sobra para a venda de curto prazo, aumentando a receita para este período. Por outro lado, o crescimento das despesas operacionais, que passaram de R\$25,1 milhões em 2009 para R\$28,1 milhões em 2010, reflete os efeitos da estruturação administrativa da Empresa. Além disso, o crescimento dos gastos não gerenciáveis, em 8,7%, principalmente pelo encargo do uso da rede elétrica. Nesse contexto, o Lucro Líquido da Celesc Geração foi de R\$22,0 milhões, 1,5% maior do que o apurado em 2009 (R\$21,7 milhões).

#### • Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS

A SCGAS distribuiu, até dezembro de 2010, 636 milhões de metros cúbicos de gás natural. A partir das nove unidades denominadas “Estações de Recebimento – ER”, a Companhia fornece o gás natural às suas 1.988 unidades consumidoras, por meio de 883 km de rede de distribuição.

O Lucro Líquido apurado pela Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS, em 2010, no valor de R\$80,7 milhões, foi 21% superior ao registrado em 2009 de R\$66,8 milhões, e representa incremento de R\$13,7 milhões no resultado da Celesc.

A receita da SCGAS é oriunda exclusivamente da venda do Gás Natural - GN, único produto comercializado pela companhia para os diversos segmentos de mercado. Em 2010, a receita líquida da SCGÁS foi da ordem de R\$453,3 milhões o que representa um crescimento de 2,40% em relação ao exercício de 2009. O resultado financeiro da SCGAS em 2010 foi positivo em R\$4,7 milhões

#### • Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE

Em 2010, a Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE obteve Receita Operacional Líquida de R\$56,6 milhões e Lucro Líquido de R\$29,5 milhões. O Lucro Líquido é superior em 1,6% ao apresentado em 2009, e acrescentou ao Lucro Líquido consolidado da Celesc em 2010, o montante de R\$9,1 milhões.

#### Exercício de 2009

Os resultados obtidos em 2009 refletiram a desaceleração econômica decorrente dos efeitos da crise financeira internacional. Somente nos últimos meses do ano, o nível das atividades começou a se restabelecer de forma a produzir relativa melhoria dos indicadores econômico-financeiros.

Em 2009, o Grupo Celesc registrou lucro líquido de R\$124,3 milhões, um resultado bastante modesto em relação ao resultado de anos anteriores.

Em que pese a manutenção da trajetória de crescimento da Receita Operacional Líquida consolidada (ROL) – cujo resultado em 2009 acumulou R\$3.498 milhões, o EBITDA acumulado da Celesc caiu, somando R\$219,13 milhões. Concorreu para tanto o aumento das despesas operacionais decorrente de fatores extraordinários relevantes na subsidiária de distribuição.

#### • Celesc Distribuição S.A.

Em 2009, colaboraram para o desempenho deste indicador: o maior consumo de energia elétrica proveniente do crescimento vegetativo, a recuperação expressiva do mercado no quarto trimestre de 2009 e o reajuste tarifário concedido pela ANEEL em agosto (em média +6,96%).

A evolução da receita, porém, não foi suficiente para cobrir o aumento das despesas operacionais que foram impactadas tanto por fatores recorrentes como os encargos de uso da rede elétrica (TUST) e as despesas com o PROINFRA, quanto por fatores não



recorrentes (ajustes contábeis extraordinários), tais como: a reversão de ativos regulatórios referentes à PIS e CONFINS (R\$33,5 milhões), a RTE Energia Livre (R\$40,6 milhões) e o reconhecimento do ICMS dos consumidores de baixa renda no valor de R\$17,7 milhões.

Essa sorte de ajustes excepcionais afetou em cerca de R\$66,6 milhões o lucro líquido do exercício de 2009 da distribuidora, que fechou 2009 com resultado líquido de R\$71,5 milhões.

Há de se destacar a forte campanha contra a inadimplência realizada pela Celesc Distribuição, protagonizada por meio de ações que incluíram o cumprimento rigoroso dos prazos para suspensão do fornecimento e de cadastramento dos inadimplentes junto ao Serviço de Proteção ao Crédito – SPC.

Ao longo do período, foram recuperados R\$162,7 milhões, incrementando a arrecadação total da Celesc Distribuição, que no quarto trimestre de 2009 (4T09) apresentou o montante de R\$1.391 milhões.

#### • **Celesc Geração S.A.**

A Receita Operacional Bruta da subsidiária de geração foi de R\$57,7 milhões, 10,99% menor que o ano anterior, devido aos efeitos da queda no Preço de Liquidação das Diferenças – PLD praticado nos submercados. Reflete, porém os efeitos da estruturação o crescimento das despesas operacionais, que passaram de R\$ 4,0 milhões em 2008 para R\$11,6 milhões em 2009.

Além disso, a Provisão do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro em 2009 foi de R\$9,3 milhões contra R\$3,2 milhões em 2008. Este acréscimo decorre da mudança da forma de tributação que ocorria com base no Lucro Presumido e que, por força de Lei Federal, passou a ser praticada com base no Lucro Real. Nesse contexto, o Lucro Líquido da Celesc Geração foi de R\$24,8 milhões, 44,7% menor do que o apurado em 2008 (R\$44,8 milhões).

#### • **Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS**

O Lucro Líquido apurado pela Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS, em 2009, no valor de R\$66,8 milhões, foi 78,11% superior ao registrado em 2008 de R\$37,3 milhões, e representa incremento de R\$11,4 milhões no resultado das Centrais Elétricas de Santa Catarina.

A receita da SCGÁS é oriunda exclusivamente da venda do Gás Natural - GN, único produto comercializado pela companhia para os diversos segmentos de mercado. Em 2009, a receita líquida da SCGÁS foi da ordem de R\$442,7 milhões o que representa um crescimento de 8,24% em relação ao exercício de 2008. O resultado financeiro da SCGÁS em 2009 foi positivo em R\$9,7 milhões dos quais R\$6,5 milhões refere-se a ganho de variação monetária decorrente do comportamento da cotação do dólar entre o período de recebimento do gás e pagamento da respectiva fatura. A geração de caixa da SCGÁS foi positiva em R\$23,7 milhões.

#### • **Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE**

Em 2009, a Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE obteve Resultado Operacional de R\$35,9 milhões (R\$31,4 milhões em 2008) e Lucro Líquido de R\$25,6 milhões (R\$22,9 milhões em 2008.). O Lucro Líquido é superior em 11,8% ao apresentado em 2008, e acrescentou ao Lucro Líquido consolidado da Celesc em 2009, o montante de R\$5,3 milhões.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Comentam-se a seguir as principais variáveis que possuem e possuíram impacto sobre a receita.

#### • **Valor da Tarifa**

As tarifas reguladas de energia elétrica constituem o principal fator de influência sobre o volume de receitas. Mais exatamente, 96,19 % da receita líquida total de 2011 refere-se a venda de energia elétrica.



No mercado cativo, sob efeito das migrações para o ambiente de contratação livre, o volume do consumo apresentou, em 2011 (15,80 GWh), decréscimo de 2,4% em relação a 2010 (16,20 GWh). Na classe industrial, onde ocorre maior frequência de migrações, a redução do consumo, no ano, chegou a 13%. No mercado livre, o crescimento registrado no ano foi de 34,1%, em relação ao mesmo período de 2010, acumulando 4.174 GWh. Nesse sentido, a administração das Centrais Elétricas de Santa Catarina trabalha fortemente em manter um relacionamento aberto e positivo com a Agência Nacional de Energia Elétrica, com o Governo Federal e outros participantes do mercado de forma que o processo de revisão das tarifas reflita sempre a realidade, atendendo aos justos anseios da sociedade catarinense e dos investidores.

Considerando que as Centrais Elétricas de Santa Catarina possuem somente uma subsidiária de distribuição, a Celesc Distribuição, a variação no valor das tarifas segue sempre uma mesma lógica, embora possa se aplicar de modo diverso a diferentes classes de consumidores:

<b>Data</b>	<b>Resolução Homologatória ANEEL</b>	<b>Reajuste tarifário anual econômico</b>	<b>Componentes Financeiros pertinentes</b>	<b>Efeito Médio (consumidores cativos)</b>
4/8/2009	856	4,80%	6,51%	6,96%
6/8/2010	1.037	9,25%	7,50%	9,85%
5/8/2011	1.183	1,58	6,39%	1,19%

No triênio reporta-se como efeito médio sobre consumidores cativos um reajuste acumulado de 18,89% (nominais), o que deve, contudo ser avaliado sob o prisma de uma taxa de inflação.

Nesse sentido, os reajustes ficam - em termos reais - pouco acima da inflação acumulada no triênio (medida pelo IGP-M/FGV)

Em dois de fevereiro de 2010, em Reunião Pública Ordinária, a ANEEL aprovou proposta para o termo aditivo aos contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica. Este termo aditivo altera a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual, retirando de sua base de cálculo o efeito da variação de mercado sobre os Encargos Setoriais quando do cálculo do Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT.

A Administração da Companhia não espera que haja impactos materiais em seus resultados futuros ou na sua condição financeira decorrente da aplicação.

A nova metodologia prevista nesse aditivo já foi aplicada aos reajustes tarifários que ocorreram em fevereiro de 2010, tornando definitivos os valores homologados para as oito distribuidoras do grupo.

Em 05 de agosto de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Homologatória 689 concedeu um ajuste médio negativo de 3,36% às tarifas da Celesc Distribuição, como resultado provisório do segundo ciclo de revisão tarifária

Em 2011, inicia-se o terceiro ciclo de revisões tarifárias com base na metodologia oriunda da Audiência Pública nº040/2010. Além da implantação da nova metodologia de revisão tarifária, haverá nesse ciclo tarifário a alteração da metodologia de cálculo da estrutura tarifária submetida à Audiência Pública nº 120/2010.

#### • Ambiente de Contratação livre

Em 2010, o desempenho (físico) do mercado na área de concessão da Celesc Distribuição, incluindo mercados cativo e livre e perdas, registrou expansão de 7,4% em relação ao resultado de 2009, totalizando 20.950 GWh (gigawates-hora) e ficando acima da variação da carga do Sul do país.

Em 2011, porém, deu-se o contrário, estando o mercado cativo em patamar inferior relativamente a 2010. Migrações para a Área de Contratação Livre são responsáveis por essa queda, visto que foi verificada uma baixa no consumo de energia elétrica de -2,4% na



comparação do ano de 2011 com o de 2010, enquanto que o mercado na área de concessão apresentou resultado positivo de 3,4% na comparação do mesmo período.

A classe industrial foi majoritariamente influenciada pelas migrações para a Área de Contratação Livre.

Ainda que um consumidor opte por ser um Consumidor Livre ao invés de fazer parte do sistema de tarifas reguladas, esse deve pagar a Celesc Distribuição a tarifa pelo uso do sistema de distribuição (TUSD) o que compensa até certo ponto receitas operacionais decorrentes.

A redução do consumo, somada à migração de indústrias para o Ambiente de Contratação Livre – ACL resultou na involução de 13% na participação da classe no mercado cativo.

De acordo com as denúncias contratuais emitidas pelos consumidores potencialmente livres e potencialmente especiais atendidos no mercado cativo, existe a expectativa de aumento no volume de energia negociada no ACL de aproximadamente 30 MW médios para o ano de 2012.

#### • Energia Elétrica Adquirida

No ano de 2011, o montante de energia requerida pela Companhia para atender o seu mercado cativo e as perdas, foi de 18.044 GWh. No período foi contabilizado pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, contratos CCEARs, 72,3%, Itaipu, 25,8%, e outros 1,9%.

#### • Perdas Regulatórias

De acordo com a última revisão tarifária periódica da Celesc Distribuição S.A. a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,73%. Desse total, conforme Nota Técnica nº 237/2009-SRE/ANEEL, 6,17% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,56% às perdas não técnicas. No acumulado dos últimos 12 meses até dezembro de 2011, as perdas globais representaram 7,38% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, 6,11% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7 (2009) e 1,27% correspondem às perdas não técnicas.

#### • Celesc Geração: Preço de liquidação de diferenças

Os contratos de curto prazo (inferiores a seis meses) tiveram um resultado de R\$ 2,2 milhões em 2011 contra R\$ 7,0 milhões em 2010, em virtude da redução do Preço de Liquidação e Diferenças – PLD. A redução do PLD foi motivada pela sobra de energia no mercado, em consequência da desaceleração da economia e os altos níveis detectados nos reservatórios das hidrelétricas.

#### • SCGÁS: Tarifas e preço do petróleo

Em 2011 a SCGÁS manteve um aumento no volume vendas e expandiu a rede de distribuição de gás natural e o número de municípios atendidos, demonstrando o compromisso de seus empregados, administradores e acionistas em ampliar o acesso da sociedade catarinense a essa importante infra-estrutura.

A empresa enfrentou este ano um grande desafio que foi o forte aumento observado no custo de aquisição do Gás Natural – GN, decorrente a precificação estabelecida no contrato de suprimento. Tal aumento foi de 49,5% impactado principalmente pela alta das cotações do petróleo no mercado internacional. Paralelo a isto a crise econômica mundial afetando consideravelmente a economia catarinense principalmente o setor industrial dificultando os repasses do aumento do custo do GN para a tarifa de venda.

Outra dificuldade enfrentada foi no âmbito regulatório, onde a SCGÁS em 2011, protocolou diversos pedidos de reajuste tarifário para a Agência Reguladora – AGESC conforme fundamentados no aumento do custo do aumento do GN e que não foram atendidos, desta forma contribuiu para a queda significativa dos resultados apresentados.



Apesar das adversidades, os resultados apresentados demonstraram o alinhamento das ações da SCGÁS com sua missão de dotar o Estado de Santa Catarina com rede de gasodutos, distribuir e fomentar a utilização de gás, com a visão de estar presente em todas as regiões do Estado com padrão de excelência sob a ótica do cliente.

Estima-se que as margens se tornem mais altas à medida que novos projetos de geração e fornecimento de gás entrem em operação.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

- Conjuntura Econômica: Brasil e Santa Catarina

Considerando que todas as operações encontram-se no Brasil, afeta as Centrais Elétricas de Santa Catarina a conjuntura econômica brasileira em geral, e mais especificamente a economia catarinense.

Na última década o crescimento da economia brasileira se caracterizou por grandes variações, assinalando um baixo crescimento real até 2003 e visível processo de retomada – estancado em 2009, devido à crise mundial. Em 2010 observa-se nova recuperação, contudo ainda persistam claras consequências da crise de 2009.

A inflação tem como efeito, afetar os custos e logo, margens de lucro. Aumentando o valor de parte dos custos e encargos financeiros corrigidos. Ainda que uma parte de tais custos seja recuperável na tarifa pelo instituto da “Parcela A”, ocorre um lapso de tempo até o reajuste tarifário.

A economia catarinense ainda que líder em diversos gêneros industriais de amplo consumo interno é também fortemente dependente das exportações, razão pela qual o câmbio desfavorável pode ter impacto visível sobre o desempenho econômico do Estado em particular.

Em 2011, mesmo com a manutenção de uma taxa não favorável no câmbio e crise na União Europeia, a recuperação dos Estados Unidos – que liderou a compra por produtos catarinenses equilibrou a balança e permitiu a manutenção de crescimento da atividade industrial, ainda que em níveis modestos.

- Classe Residencial e Comercial

Os principais condicionantes positivos do consumo dessas classes é o nível de emprego, massa salarial e extremos de temperatura, considerando o clima sub-temperado em partes do Estado.

- Classe Industrial

É bastante correlacionada com o Produto Interno Bruto e outras variáveis agregadas, como taxa de juros, câmbio e demanda externa. A classe industrial é a que maior alteração – e retração – apresenta em casos de crises econômicas, nacionais e mundiais.

Em volume de produção e emprego, os principais setores da indústria catarinense são: têxtil, Agroindustrial, Alimentício, Metal-Mecânico e Cerâmico.

- Efeitos localizados na Companhia





Algumas variáveis apresentam efeitos bastante difusos e variados no tempo, inclusive com forte ambigüidade. Existem, porém, variações conjunturais, cujos efeitos decorrentes são relativamente estimáveis.

Desses, além dos que já foram mencionados, pode-se destacar os efeitos de inflação e taxas de juros sobre os ativos e passivos da empresa. Merecem destaque as contas de Títulos e valores mobiliários circulante, Contas a receber não circulante e a conta do passivo: Empréstimos e financiamentos.

Uma parcela significativa dessas encontra-se vinculada ao CDI, em diferentes percentuais, cujas diferenças – além da própria composição ativo/passivo, pode produzir resultados variados em razão da taxa CDI.

Segundo análises de sensibilidade realizada pela contabilidade das Centrais Elétricas de Santa Catarina, uma variação de 4,64 pontos percentuais em relação ao cenário mais provável do CDI podem ocasionar uma variação de cerca de 14% sobre o saldo conjunto dessa três contas.

- Efeitos da taxa de juros

Em conformidade com a Lei no 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de dezembro de 2011, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$82.501. (o que corresponde a R\$2,01831360 por ação ordinária e R\$2,22014496 por ação preferencial, líquido de imposto de renda na fonte) foi contabilizado como despesa financeira.

No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

- Efeitos da taxa de câmbio

Apresenta e apresentou baixa influência na receita e resultados das Centrais Elétricas de Santa Catarina, uma vez que não existem contratos em moeda estrangeira.

Entretanto, em 2011, a taxa de câmbio desfavoreceu alguns setores industriais catarinenses como o setor têxtil, por exemplo. Tal fato trouxe diminuição no faturamento de distribuição de energia elétrica.

A taxa de câmbio, sobretudo a mantida em 2011 impactou nas vendas da SCGás via preço do petróleo, o que elevou os custos do gás.

- Efeitos da inflação

O setor elétrico conta com reajustes periódicos que tendem a evitar maiores impactos derivados da inflação.

### **10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.**

#### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

A última introdução de segmento operacional nos negócios do Grupo Celesc ocorreu em setembro de 2007, quando a companhia assumiu o controle da SCGÁS, a concessionária distribuidora de gás natural em 100% do território do Estado de Santa Catarina.



A Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias, correspondentes a 17% do Capital Social total daquela Empresa.

#### **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em junho de 2009, a Celesc aumentou sua participação na ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ao exercer o direito de preferência na venda, por parte de um dos sócios, de ações representativas de 1,62% do capital total.

Conforme Fato Relevante publicado em 19/11/2009, a Celesc celebrou também, Contrato de Compra e Venda de Ações, para exercer o direito de preferência na aquisição de outros 9,26% do Capital Social da ECTE. Após a conclusão da operação, com a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.416 de 25 de maio de 2010; pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de outros órgãos financiadores, foi realizada, em 12 de novembro de 2010, a transferência para a Celesc das ações de propriedade da MDU Resources Luxembourg II LLC, S.à.r.l., que representam 9,26% do capital votante e total da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE, pelo valor correspondente de R\$20.163.673,71. Com a aquisição as Centrais Elétricas de Santa Catarina passaram a deter 30,88% do capital votante e total daquela empresa.

#### **• Celesc Geração**

Além de investir na ampliação e repotenciação das usinas que compõem seu parque gerador, a subsidiária de geração está investindo na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novas usinas e na diversificação da matriz energética do Estado. Através da Chamada Pública nº. 001/2008 a Celesc Geração S.A. busca participar de Sociedades de Propósito Específico – SPE para implantação de novos projetos de Pechas.

No ano de 2009 houve a constituição de sete parcerias com empresas privadas, para a implantação e exploração de nove empreendimentos.

#### **c. eventos ou operações não usuais**

Não resulta no período a ocorrência de operações eventos ou operações não usuais.

### **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor.**

#### **a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01.01.2011. A observação dos procedimentos prescritos e aprovados por Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

O principal impacto da adequação das demonstrações financeiras da Celesc ao IFRS aparece na interpretação do IFRIC12/ICPC01, norma que permite às concessionárias de serviços públicos cobrarem, do poder concedente, o uso da infra-estrutura resultante dos contratos de distribuição, transmissão de energia elétrica e gás natural canalizado. A medida refletiu em aumento de R\$259,5 milhões no resultado do Grupo em 2009 e na redução de R\$17,3 milhões no resultado de 2010.

Em 2010, o resultado financeiro do Grupo recebeu incremento de cerca de R\$ 16 milhões, ao refletir o valor justo do investimento junto à coligada CASAN - Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina, da qual detém 15,76% de participação acionária.

Por outro lado, a composição do balanço de abertura em IFRS (ICPC 00) promoveu aumento no patrimônio da Celesc Geração em virtude da aplicação do valor justo como isenção de custo atribuído com relação ao imobilizado. Os reflexos foram percebidos em 2009 e 2010, com o aumento da depreciação e conseqüentemente redução do resultado econômico do Grupo em aproximadamente R\$3 milhões no exercício de 2009 e no exercício de 2010.

A Empresa está adotando os dispositivos da Lei nº. 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº. 6.404/76. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade ("IFRS").



Devido às Centrais Elétricas de Santa Catarina atuarem em um setor regulado, coberto por contratos de concessão de serviço público de energia elétrica e de gás natural, práticas diferenciadas de contabilização dos ativos de concessão deverão ser adotadas - o que causa impacto mais significativo nos Relatórios Financeiros.

#### • **Aplicação dos CPCs 37 e 43 do IFRS 1**

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs, tendo a companhia aplicado os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 em sua preparação.

A data de transição foi 1º de janeiro de 2009, quando a administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFR. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

A companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

##### **(a) Isenção de combinação de negócios**

A companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não rerepresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009 - data de transição.

##### **(b) Isenção do valor justo como custo presumido**

A companhia optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009.

##### **(c) Isenção do benefício a empregados**

A companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009.

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

##### **(a) Exceção das estimativas**

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"), exceto pelas premissas atuariais (Nota 30.2.1).

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nas áreas de contabilização de hedge, reversão de ativos e passivos financeiros e participação de não controladores.

#### • **Conciliação entre BR GAAP e IFRS**

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição para o exercício de 2010.

##### **(a) Consolidação**

De acordo com a adoção inicial do IFRS/CPCs, a companhia passou a realizar a consolidação proporcional de investimentos controlados em conjunto que no BR GAAP antigo eram consolidados integralmente e/ou por equivalência patrimonial.



#### **(b) Laudo de avaliação do imobilizado**

A administração aplicou o valor justo como isenção de custo atribuído com relação ao imobilizado de sua controlada Celesc Geração. O laudo de avaliação do imobilizado realizado em 1º de janeiro de 2009, determinou seu valor justo em R\$ 261.572, um aumento de R\$ 227.643 em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP antigo, que totaliza R\$ 33.928. O aumento em 31 de dezembro de 2009 representava R\$ 223.011. Bem como uma redução do resultado em 2009 de R\$ 4.633.

#### **(c) Contratos de concessão**

Em decorrência da adoção da interpretação do IFRIC12/ICPC01, referente às concessionárias de serviços públicos, e resultante dos contratos de distribuição e transmissão de energia elétrica e gás natural canalizado, que permite ao Grupo o direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura do poder concedente, o Grupo reconheceu:

- um ativo financeiro indenizatório correspondente ao valor devido pelo concedente ao Grupo, que será liquidado durante ou ao final da concessão de forma direta ou indireta;
- um ativo intangível que correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infra-estrutura necessária para a realização dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica e gás natural.

Desse modo, o ativo financeiro indenizatório reconhecido inicialmente pelo valor justo foi classificado pelo Grupo como recebível e remensurado subseqüentemente pelo custo amortizado, calculado pelo método de juros efetivos.

O ativo intangível está reconhecido como remuneração pela prestação de serviço de construção ou melhoria da infra-estrutura da concessão. O reconhecimento inicial foi realizado segundo critérios previstos no CPC04/IAS 18, divergente das práticas contábeis anteriores. Desta forma, foram considerados os efeitos da economia hiperinflacionária de 1996 e 1997, excluídos os gastos administrativos, além da capitalização de juros de acordo com as novas práticas e apresentação das obrigações vinculadas à concessão como redutora do custo de formação do intangível.

O efeito do reconhecimento dessas diferenças de práticas reflete um aumento de R\$ 279.196 em 1º de janeiro de 2009 e de R\$ 259.501 em 31 de dezembro de 2009, bem como uma redução do resultado de 2009 em R\$ 17.320.

Adicionalmente o Grupo reconheceu em suas demonstrações do resultado as receitas e as despesas correspondentes às construções e melhorias da infra-estrutura dos bens da concessão de acordo com o previsto no CPC17/IAS11.

#### **(d) Ágio**

Desde 1º de janeiro de 2009, os ágios gerados pela aquisição de controladas em conjunto não estavam sendo amortizados. De acordo com IAS 38 os intangíveis com vida útil definida devem ser amortizados. Assim, o saldo residual do ágio a partir de 1º de janeiro de 2009 passou a ser amortizado pelo prazo remanescente dos contratos de concessão das controladas em conjunto. O efeito do reconhecimento dessas diferenças de práticas refletiu uma redução no montante de R\$ 1.528 no resultado de 2009.

#### **(e) Ativos e passivos regulatórios**

Até 2009, a controlada Celesc Distribuição reconhecia nos termos do BRGAAP antigo as diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos como ativos e passivos regulatórios. Uma vez que ativos e



passivos regulatórios não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos e passivos de acordo com as IFRS/CPCs a realizou-se a baixa de seus ativos e passivos regulatórios.

O efeito do reconhecimento dessa diferença de prática reflete uma redução em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 135.386 e em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 68.284, bem como um aumento no resultado de 2009 de R\$ 67.102.

#### **(f) Ajustes de investimentos**

Dois investimentos, em consonância com BRGAAP antigo, eram tratados a custo histórico: a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e Dona Francisca Energética S.A. (DFESA). Em atendimento às novas práticas contábeis, o Grupo mensurou o investimento na CASAN pelo valor justo de acordo com o CPC38/IAS39 e o investimento na DFESA pelo método da equivalência patrimonial. Tais atos resultaram em aumento nos ativos de R\$ 46.506 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 56.125 em 31 de dezembro 2009, além de aumento no resultado de R\$ 9.619 em 2009.

#### **(g) Gastos com serviços em curso**

Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BR GAAP antigo, o Grupo adotava como prática contábil a capitalização de gastos de manutenção no ativo circulante até a finalização do serviço.

A aplicação da norma segundo a qual gastos de manutenção que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devam ser lançados como despesa imediatamente; resultou na redução nos ativos de R\$ 11.576 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 132 em 31 de dezembro 2009, bem como no aumento no resultado em 2009 de R\$ 11.444.

#### **(h) Benefícios a empregados**

O Grupo reavaliou as suas premissas atuariais para determinar o passivo atuarial para a primeira adoção das IFRS. A aplicação dessas novas premissas atuariais e da adoção do CPC33/IAS19 resultou no aumento do passivo em R\$ 409.052 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 487.411 em 31 de dezembro 2009, reduzindo o resultado em R\$ 78.359 no exercício de 2009.

#### **(i) Juros sobre capital próprio e dividendos**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os juros sobre o capital próprio e os dividendos vinham sendo reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorreria no exercício seguinte. Em cumprimento a IAS 10, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal, ou seja, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$ 15.736 refere-se aos dividendos reconhecidos acima do dividendo mínimo obrigatório declarado após 1º de janeiro de 2008. Igualmente, o montante de R\$ 10.102 de 31 de dezembro de 2008 foi também ajustado para reconhecimento no ano seguinte.

#### **(k) Imposto e contribuição social**

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para o IFRS e totalizavam R\$ 16.720 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 24.120 em 31 de dezembro de 2009, R\$ 7.400 no resultado do exercício de 2009.



Adicionalmente o Grupo reavaliou os impostos e contribuições sociais diferidos, registrados nos termos do BR GAAP antigo para atendimento ao CPC 32/IAS 12, resultando na redução de R\$ 8.894 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 5.504 em 31 de dezembro 2009, bem como um aumento no resultado de R\$ 3.390 em 2009.

#### **c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

No que respeita ao Parecer dos Auditores Independentes referente às demonstrações do exercício de 2011 e 2010 apenas um parágrafo de ênfase requer comentário. Os auditores independentes destacam que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 - apresentados para fins de comparação - foram anteriormente auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em março de 2010, o qual continha uma ênfase sobre a realização dos valores a receber do acionista majoritário, o Estado de Santa Catarina, o qual foi regularizado com a assinatura do termo de acordo de extinção de débito, onde o Governo autorizou a retenção de dividendos e juros sobre capital próprio de exercícios passados e subseqüentes até a total liquidação do referido débito.

#### **10.5 – Políticas Contábeis Críticas**

As normas IFRS e as normas do CPC exigem que a administração da empresa ao preparar as demonstrações contábeis, realize julgamentos, avaliações e estimativas. Algumas dessas são capazes de influir nos valores estimados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem apresentar divergência significativa em relação às estimativas e julgamentos realizados nas demonstrações contábeis da companhia e de suas controladas. Alguns dos temas e objetos de previsão, avaliação e estimativa são altamente imponderáveis, o que frequentemente obriga a Administração a adotar opiniões qualificadas de especialistas.

Vale ressaltar que alguns temas são capazes de prejudicar as demonstrações financeiras a depender das estimativas adotadas. Nesse sentido, os ativos de longo prazo se colocam em uma posição de especial atenção uma vez que compreendem 72,6% do total de ativos.

De regra, os saldos demonstrados no balanço patrimonial vinham tomando por base custos históricos, líquidos de depreciação e amortização. A CPC 01, entretanto, obriga a sua reavaliação, a fim de verificar se os respectivos valores contábeis são compatíveis com seus rendimentos futuros esperados. Uma vez que tal condição não se verifique é forçoso o reconhecimento da perda total ou parcial.

Tal avaliação, entretanto, baseia-se sobre a estimativa dos fluxos de caixa futuros que lhes são decorrentes.

De modo geral, essa avaliação e estimativa é feita considerando-se premissas sobre o comportamento do mercado e condições gerais, inclusive regulatórias e outras operações futuras. Mudanças no quadro de previsões e estimativas forçariam a companhia a reconhecer perdas por desvalorização em períodos futuros.

Os aspectos contábeis considerados críticos provenientes de julgamentos, estimativas e políticas contábeis encontram-se explicitados em nota explicativa, nas demonstrações financeiras.

Com muita diligência e freqüência estimativas e julgamentos são revisados. Nas demonstrações contábeis os tópicos com maior influência de estimativas e julgamentos são:

- **Valor justo de instrumentos financeiros**



O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

• **Impairment de ativos financeiros disponíveis para a venda**

O Grupo segue as orientações do CPC 38/IAS 39 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro.

As Centrais Elétricas de Santa Catarina não reconheceram em seu patrimônio líquido as reduções ao valor justo de tributos sobre o lucro, benefícios a empregados e *impairment* de ágios por considerarem insignificantes seus resultados.

**10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Diretoria entende que a Companhia pratica níveis adequados de controles internos de forma a assegurar a confiabilidade dos seus relatórios financeiros e contábeis. Os aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração são imediatamente encaminhados à área responsável que elabora o plano de ação monitorado pelo diretor responsável.

Em matéria de controle interno o grupo dispõe de áreas adequadas com a missão de verificar a eficiência dos processos e a correção das informações, assegurando o cumprimento das normas internas e externas.

As Centrais Elétricas de Santa Catarina tem suas contas auditadas tanto pela auditoria independente, quanto pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, além, naturalmente, pelos competentes órgãos reguladores Federal (ANEEL) e Estadual (AGESC).

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Diretoria avalia detalhadamente as recomendações elaboradas pelos auditores independentes quando do recebimento do relatório que aborda os controles internos da Companhia, apurando as oportunidades de melhorias nos aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração. Cumpre destacar que não existem deficiências relevantes que possam vir a prejudicar a confiabilidade das demonstrações financeiras das Centrais Elétricas de Santa Catarina.

**10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos três exercícios anteriores.

**10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet itens):

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;



iv. contratos de construção não terminada;

No decorrer do ano de 2011 transcorreram as obras civis e início da montagem eletromecânica para ampliação da PCH Pery, da Celesc Geração. Localizada em Curitiba, a usina tem potência instalada de 4,4 MW e passará a contar, após a conclusão da repotenciação, com capacidade de 30 MW. O início da operação comercial está previsto para o fim de 2012.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamento;

Não existem itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras do Exercício Social encerrado em 31.12.2011

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2008, não havia nenhum pronunciamento específico referente às exigências da contabilização de garantias, e, portanto, a emissão de garantias não era necessariamente registrada nas demonstrações financeiras.

Com a adoção dos pronunciamentos que tratam sobre reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de instrumentos financeiros (CPC 38, CPC 39 e CPC 40) a partir de 1º de janeiro de 2009, a companhia passou a registrar as garantias emitidas superiores a sua participação nos empreendimentos controlados em conjunto.

Desta forma, não há itens relevantes desta natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar**

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

A expectativa de aumento da receita com a conclusão e entrada em operação da PCH Pery será de R\$1,4 milhões mensais.

b) natureza e o propósito da operação;

Geração e Venda de energia elétrica

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

As obrigações oriundas e direitos gerados se equivalem

#### **10.10 - Planos de Negócios**

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

As subsidiárias de distribuição e geração investiram, em 2011, R\$416,6 milhões (R\$431,3 milhões em 2010). Do total, o maior volume (R\$ 352,95 milhões) foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão junto à subsidiária de Distribuição.





A Celesc Geração, voltada ao incremento da sua produção própria, investiu no ano R\$63,7 milhões.

Os investimentos da SCGÁS, empresa controlada pela Celesc, somaram, no ano, R\$58,8 milhões, grande parte direcionada à expansão do seu sistema de distribuição. A tabela abaixo apresenta os valores investidos em 2011 e a evolução com relação a 2010 nos segmentos de atuação da Companhia:

<i>(em Milhares de Reais)</i>	Programa de Investimentos		
	31.12.2011	31.12.2010	2011/2010
Distribuição	352.953	382.841	-7,81%
Geração	63.660	49.621	28,29%
Gás Natural	58.826	33.487	75,67%
Total Geral	475.439	465.949	2,04%

No acumulado de 2010, os investimentos da Celesc e de suas subsidiárias integrais totalizaram R\$425,9 milhões, um aumento de 42,4% em relação a 2009.

Para 2011, o Conselho de Administração do Grupo aprovou para suas subsidiárias integrais o montante de R\$453 milhões de investimentos, devendo ser respeitada a disponibilidade de caixa da Companhia.

• **Celesc Geração S.A.**

A Celesc Geração está avaliando alternativas para obtenção de financiamentos para realização dos investimentos. Uma das opções é a utilização de crédito via Reserva Global de Reversão – RGR, fundo administrado pela Eletrobrás.

Em 2011, a Celesc Geração investiu o montante de R\$ 63,6 milhões, volume 23,1% superior ao realizado em 2010 (R\$ 48,9 milhões).

• **Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS**

O Plano Plurianual de Negócios continua tendo a visão 2011-2015, que prevê investimentos de R\$ 290 milhões em projetos de expansão da infra-estrutura de distribuição de gás no Estado.

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

Apresenta-se abaixo o programa de investimento resumido e o respectivo quadro de recursos.



### **Programa de Investimentos**

<b>PROGRAMAS</b>	<b>VALORES (R\$ MIL)</b>
Participações	<b>12.000</b>
Distribuição Energia Elétrica	244.700
Geração de Energia	79.300
Redes de Distribuição de Gás	42.259
Telecomunicação	8.200
Comercialização de Energia	29.450
Tecnologia da informação	18.449
Edificação e Mobiliários	20.386
Veículos	13.770
Outros	7.440
<b>TOTAL</b>	<b>474.954</b>

### **Origem dos Recursos**

<b>ORIGEM</b>	<b>VALORES (R\$ MIL)</b>
Recursos de Terceiros	259.569
Recursos Próprios, oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia	215.385
<b>TOTAL</b>	<b>474.954</b>

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

c) novos produtos e serviços:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

#### **10.11 - Outros fatores com influência relevante**

10.11 Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não foram mencionados nesta seção.



## CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.

COMPANHIA ABERTA  
CNPJ nº 83.878.892/0001-55  
NIRE 42300011274

### INSTRUÇÃO CVM Nº. 481 de 17 de Dezembro de 2009 DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO – ANEXO 9-I-II

1. Informar o lucro líquido do exercício:

<b>LUCRO LÍQUIDO</b> Exercício 2011
R\$ 323.886.563,73

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

EXERCÍCIO SOCIAL	TIPO	Classe	Valor do Provento por Ação	Valor Total Distribuído
2011	DIV	ON	0,23992078	<b>R\$ 92.307.670,66</b>
		PN	0,26391286	
	JCP	ON	0,60549408	
		PN	0,66604349	
	JCP	ON	1,41281952	
		PN	1,55410147	



3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

A proposta para ser apreciada na Assembléia Geral Ordinária contempla a distribuição de 30% do Lucro Líquido Ajustado.

<b>Destinação do Lucro Líquido do Exercício e Constituição de Reservas</b> (valores em R\$ mil)	
<b>Exercício Social 2011</b>	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>323.887</b>
Reserva Legal (5%)	(16.194)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b> (base de cálculo para destinação de dividendos)	<b>307.693</b>
Dividendos Propostos (PAY OUT 30%)	92.308
JCP aprovado RCA 09.12.2011	(82.501)
Dividendos Complementar	9.807
<b>Constituição de Reservas de Lucros</b>	<b>215.385</b>

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve dividendo distribuído com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

EXERCÍCIO SOCIAL	TIPO	Classe	Valor do Provento por Ação	Total por Classe	Valor Total Distribuído
2011	DIV	ON	0,23992078	R\$ 9.807.010,66	<b>R\$ 92.307.670,66</b>
		PN	0,26391286		
	JCP	ON	0,60549408	R\$ 24.750.198,00	
		PN	0,66604349		
	JCP	ON	1,41281952	R\$ 57.750.462,00	
		PN	1,55410147		

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

O dividendo será pago, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado. Os acionistas terão seus pagamentos disponibilizados de acordo com o domicílio bancário fornecido ao Banco Itaú S.A. – Instituição depositária de ações, a partir da data de início da distribuição destes direitos. Os detentores de Ações depositadas em Custódias Fungíveis das Bolsas de Valores receberão o pagamento através do órgão custodiante.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não há incidência de atualização e juros sobre os proventos declarados.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Os dividendos propostos relativos ao exercício de 2011 perfazem o montante de R\$92,3 milhões com: a) ratificação dos juros sobre capital próprio já aprovado pela reunião do Conselho de Administração de 09.12.2011, no valor de R\$82,6 milhões com a distribuição



de R\$2,01831360 por ação ordinária e R\$2,22014496 por ação preferencial, aos acionistas detentores de participação acionária em 30 de dezembro de 2011. Os juros sobre capital próprio será pago em duas parcelas: 30% no dia 28.02.2012 e 70% no dia 28.06.2012. b) distribuição de dividendos complementares no valor R\$9,8 milhões, com a distribuição de R\$0,23992078 por ação ordinária e R\$0,26391286 por ação preferencial, aos acionistas detentores de participação acionária em 30 de abril de 2012, que deverá ser pago no dia 28.06.2012.. O dividend-yield (retorno do dividendo) em 2011, tomando como base a cotação de fechamento do ano, é de 2,75% para as ações ordinárias e 7,30% para as ações preferenciais.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não houve dividendos intercalares.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

EXERCÍCIO SOCIAL	Lucro Líquido Ajustado (R\$ mil)	Lucro Líquido Ajustado por Ação	
		ON	PNA
2011	307.693	ON	R\$ 7,9772
		PNA	R\$ 7,9772
		PNB	R\$ 7,9772
2010	259.841	ON	R\$ 6,7366
		PNA	R\$ 6,7366
		PNB	R\$ 6,7366
2009	120.919	ON	R\$ 3,1349
		PNA	R\$ 3,1349
		PNB	R\$ 3,1349
2008	245.522	ON	R\$ 6,7004
		PNA	R\$ 6,7004
		PNB	R\$ 6,7004

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.



EXERCÍCIO SOCIAL	TIPO	Valor do Provento por Ação (R\$)		Total Distribuído por Tipo de Provento	TOTAL DISTRIBUÍDO RELATIVO AO EXERCÍCIO
2010	DIV	ON	-	R\$ 0,00	R\$ 77.938.000,00
		PN	-		
	JCP	ON	1,90669172	R\$ 77.938.000,00	
		PN	2,09736089		
2009	DIV	ON	0,88745566	R\$ 36.275.670,00	R\$ 36.275.670,00
		PN	0,97620123		
	JCP	-	-	-	
		-	-		
2008	DIV	ON	1,80194865	R\$ 73.656.518,74	R\$ 73.656.518,74
		PN	1,98214352		
	JCP	-	-	-	
		-	-		

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.**

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

A Reserva Legal é constituída aplicando 5% do Lucro Líquido, cujo valor é de R\$16.194 mil.

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Forma de Cálculo da Reserva Legal (valores em R\$ mil)	
Exercício Social 2011	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>323.887</b>
Reserva Legal (5%)	(16.194)
<b>Lucro Líquido Ajustado (base de cálculo para destinação de dividendos)</b>	<b>307.693</b>

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.**

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável. A Companhia não estabelece dividendos fixos ou mínimos para as ações preferenciais.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável.

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório.**

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Apurado o resultado do exercício, serão destinados 5% do Lucro para Reserva Legal, do saldo remanescente, o lucro líquido ajustado do exercício, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas.



b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.**

a. Informar o montante da retenção.

Não houve retenção de dividendo obrigatório decorrente da situação financeira da Companhia.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.**

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não houve destinação do resultado para reservas de contingência.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.**

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não houve destinação do resultado para reservas de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.**

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não há destinação do resultado para reservas estatutárias.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.



c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.**

a. Identificar o montante da retenção.

O montante destinado à constituição de Reserva de Retenção de Lucros é R\$215.385 mil.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2012, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei 6.404/76.

**Programa de Investimentos**

<b>PROGRAMAS</b>	<b>VALORES (R\$ MIL)</b>
Participações	<b>12.000</b>
Distribuição Energia Elétrica	244.700
Geração de Energia	79.300
Redes de Distribuição de Gás	42.259
Telecomunicação	8.200
Comercialização de Energia	29.450
Tecnologia da informação	18.449
Edificação e Mobiliários	20.386
Veículos	13.770
Outros	7.440
<b>TOTAL</b>	<b>474.954</b>

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.**

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não há destinação do resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

**André Luiz de Rezende**  
Diretor de Relações com Investidores





## Proposta de Orçamento de Capital

Em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2012, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei 6.404/76.

### Programa de Investimentos

PROGRAMAS	VALORES (R\$ MIL)
Participações	12.000
Distribuição Energia Elétrica	244.700
Geração de Energia	79.300
Redes de Distribuição de Gás	42.259



Telecomunicação	8.200
Comercialização de Energia	29.450
Tecnologia da informação	18.449
Edificação e Mobiliários	20.386
Veículos	13.770
Outros	7.440
<b>TOTAL</b>	<b>474.954</b>

### **Origem dos Recursos**

<b>ORIGEM</b>	<b>VALORES (R\$ MIL)</b>
Recursos de Terceiros	259.569
Recursos Próprios, oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia	215.385
<b>TOTAL</b>	<b>474.954</b>

### **INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR**

ANEXO 24 - Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência constante na Instrução CVM 480/2009 de 17 de Dezembro de 2009

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:**

**Nome: Antônio Marcos Gavazzoni**

Idade: 37

Profissão: Advogado

CPF: 827.189.469-20

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2012

Data prevista da posse: 10 de maio de 2012



Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Diretor Presidente da Controladora e das Subsidiárias Integrais

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê de Assuntos Estratégicos e Comercial do Conselho de Administração.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia

2005 a 2006 - Procurador Geral do Município de Chapecó/SC

2007 a 2008 - Secretário de Estado da Administração do Governo do Estado de Santa Catarina

2009 a 2010 - Secretário de Estado da Fazenda do Governo do Estado de Santa Catarina

2011 – Diretor Presidente da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor



12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado não possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

**12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:**

**Nome: Eron Giordani**

Idade: 32 anos

Profissão: empresário

CPF: 894.534.099-87

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2012

Data prevista da posse: 10 de maio de 2012

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado eleito pelo controlador

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado será membro do Comitê de assuntos estratégicos e comercial do Conselho de Administração

12.8. Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia

Secretário de Coordenação de Governo do Município de Chapecó/SC

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.



iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado não possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

**Nome: Andriei José Beber**

Idade: 37

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 014.789.149-39

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2012

Data prevista da posse: 10 de maio de 2012

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não se aplica.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o



grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

1999/2003 – Professor do Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2004/2010 – Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Manutenção Predial na Universidade do Vale do Itajaí.

2006/2012 – Professor do Programa de Pós-Graduação FGV Management na Fundação Getúlio Vargas.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado não possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

**Nome: Derly Massaud de Anunciação**

Idade: 59

Profissão: Administrador de Empresas e Jornalista

CPF: 130.645.500-63

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2012

Data prevista da posse: 10 de maio de 2012



Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê de Recursos Humanos do Conselho de Administração

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

02.01.2003 até março de 2012 foi Secretário de Estado da Comunicação do Governo de Santa Catarina.

Março de 2012 até a presente data é Secretário de Estado da Casa Civil do Governo de Santa Catarina.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia



c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

**Nome: Milton de Queiroz Garcia**

Idade: 49

Profissão: Advogado

CPF: 443.311.009-44

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2012

Data prevista da posse: 10 de maio de 2012

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê de Recursos Humanos do Conselho de Administração

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Empregado e Advogado da Celesc Distribuição S.A.

Assistente e Assessor da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

2007 até a presente data - Presidente da Fundação Celesc de Seguridade Social.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.





iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

**Nome: Pedro Bittencourt Neto**

Idade: 56

Profissão: Advogado

CPF: 224.528.699-53

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2012

Data prevista da posse: 10 de maio de 2012

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê Jurídico e de Auditoria do Conselho de Administração

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.



Advogado;

Funcionário do Setor de Financiamento da FLORISA;

Diretor Comercial de Alô Representações e Comércio LTDA.;

Responsável pelo Setor de Produção da OBA – Organizações Bittencourt de Alimentos S/A;

Procurador Diretor-Administrativo da OBA – Organizações Bittencourt de Alimentos S/A;

Assessor Técnico Legislativo;

Assessor da Presidência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Secretário Parlamentar.

2005 até atualmente – Conselheiro de Administração da CASAN e CELESC

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

2005 até atualmente – Conselheiro de Administração da CELESC

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

**Nome: Marcelo Gasparino da Silva**



Idade: 41

Profissão: Advogado

CPF: 736.722.709-20

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2012

Data prevista da posse: 10 de maio de 2012

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:

Diretor Jurídico da Empresa no período de 2007 a 2009

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê Jurídico e de Auditoria do Conselho de Administração.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Junho de 2004 – atual - Fundação Getúlio Vargas – FGV- Consultor para Santa Catarina do Prêmio Innovare - O Judiciário do Século XXI

2007 – 2009 - Diretor Jurídico da Centrais Elétricas de Santa Catarina

2009-2012 – Diretor Executivo do Escritório Gasparino, Fabro, Lebarbenchon, Roman, Sachet & Marchiori Sociedade de Advogados

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor



d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

### CONSELHO FISCAL

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:

**Nome: Luiz Hilton Temp**

Idade: 59

Profissão: Economista

CPF: 143.450.300-30

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2012

Data prevista da posse: 10 de maio de 2012

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê Financeiro

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Diretor Administrativo e Financeiro das Aurora Alimentos

Diretor Comercial da Aurora Alimentos

Presidente da Cooperativa A1 de Palmitos

Conselheiro Fiscal da Celesc Distribuição S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não houve.



12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

**Não houve.**

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

**Não houve.**

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Não houve.**

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:

**Nome: Luciano Veloso Lima**

Idade: 37

Profissão: Administrador

CPF: 665.668.789-04

Cargo eletivo a ocupar: Suplente

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2012

Data prevista da posse: 10 de maio de 2012

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:



i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

**Diretor Administrativo e Financeiro da Secretaria de Coordenação e Articulação de Governo do Estado de SC - 2003 a 2010.**

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

**Não se aplica**

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

**Não houve.**

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

**Não houve.**

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Não houve**

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:

**Nome: Ênio Andrade Branco**

Idade: 59

Profissão: Advogado

CPF: 179.138.029-87

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2012

Data prevista da posse: 10 de maio de 2012

Prazo do mandato: 1 ano



Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

- Bacharel em Direito pela UFSC
- Membro da equipe econômica da Prefeitura de São Paulo
- Presidente das empresas CELG Distribuição, CELG Geração e Transmissão e CELG Telecom e Soluções
- Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Holding CELGPar - Companhia CELG de Participações S.A.
- Presidente da SCParcerias
- Secretário de Estado da Comunicação do Governo de Santa Catarina

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

- Presidente das empresas CELG Distribuição, CELG Geração e Transmissão e CELG Telecom e Soluções
- Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Holding CELGPar - Companhia CELG de Participações S.A.
- Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da CELESC
- Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com o Mercado da TELESC

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia



c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

Possui relação com devedor da Companhia, como Diretor Presidente da SC Parcerias – Empresa de Investimentos do Estado de Santa Catarina

12.6. Informações Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:

**Nome: Carlos Eduardo Ferreira**

Idade: 59

Profissão: Administrador e Contador

CPF: 224.418.679-20

Cargo eletivo a ocupar: Suplente

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2012

Data prevista da posse: 10 de maio de 2012

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8. Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina S.A.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:





**Nome: Paulo da Paixão Borges de Andrade**

Idade: 54

Profissão: Advogado

CPF: 294.966.169-68

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2012

Data prevista da posse: 10 de maio de 2012

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

**Advogado**

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

**Não houve.**

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

**Não houve.**

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

**Não houve.**

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Não houve**

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia



- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:

**Nome: Paulo de Tarso Guilhon**

Idade: 62

Profissão: Economista

CPF: 263.238.507-53

Cargo eletivo a ocupar: Suplente

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2012

Data prevista da posse: 10 de maio de 2012

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8. Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Presidente do Conselho Regional dos Economistas de Santa Catarina

Presidente das Associações dos Conselhos Profissionais.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.



### **INFORMAÇÕES ACERCA DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

ANEXO 24 - Item 13 do Formulário de Referência constante na Instrução CVM 480/2009 de 17 de Dezembro de 2009

#### **13. Remuneração dos Administradores**

A proposta de remuneração para o exercício de 2012 se refere a Assembléia Geral Ordinária atual até a próxima, com o montante de até R\$ 6.548.677,00 para a remuneração dos Administradores, que inclui honorários e plano de saúde.

##### 13.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

###### a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo assegurar a atração e retenção de profissionais qualificados e incentivar o alcance dos objetivos e a superação de metas, visando à satisfação dos clientes, expansão dos negócios e retorno aos acionistas.

Conforme estabelecem a Lei das Sociedades Anônimas e o Estatuto Social da companhia, a Assembléia Geral define o montante global para remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal.

No tocante à remuneração mensal individual, consoante determina o Estatuto Social os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal percebem respectivamente o equivalente a 20% e 10% da remuneração que, em média, perceber Diretor da companhia.

Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não recebem remuneração variável, percebendo somente o reembolso legal e obrigatório das despesas de locomoção aérea ou terrestre e hospedagem necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções.

A remuneração individual dos Diretores, tanto a parcela fixa quanto a variável (PLR) é fixada pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 26, § 1º, XIII do Estatuto Social.

A companhia não oferece benefícios indiretos aos administradores e membros do Conselho Fiscal.

###### b) composição da remuneração, indicando:

###### i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

<b>Remuneração da Diretoria Executiva</b>
Remuneração Direta: representa a remuneração fixa, honorário mensal.
Remuneração Indireta: representa os benefícios, vale alimentação, assistência médica.
Remuneração Variável: Participação nos Lucros e Resultados.

<b>Remuneração do Conselho de Administração</b>
Remuneração Direta: representa a remuneração fixa, honorário mensal.

<b>Remuneração do Conselho Fiscal</b>
Remuneração Direta: representa a remuneração fixa, honorário mensal.



ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

Diretoria - Remuneração Fixa: 62% e Remuneração Variável: 38%

Conselho de Administração - Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal - Remuneração Fixa: 100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Não há na companhia metodologia de cálculo de reajuste para remuneração dos administradores.

O montante Global da remuneração dos administradores é aprovado pela Assembléia Geral, e posteriormente individualizada pelo Conselho de Administração, com base nas melhores práticas de mercado e com objetivo de garantir o cumprimento do plano de negócio da companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

Garantir a competitividade e atratividade da companhia.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O Modelo proposto e aprovado pelo Conselho de Administração para distribuição da PLR consistiu em Metas Financeiras e Metas Estratégicas, distribuído da seguinte forma:

1ª – Metas Financeiras

Lucro Consolidado na Holding - peso 40%

Fluxo de Caixa na Distribuidora - peso 10%

EBTIDA - peso 10%

2ª – Metas Estratégicas

MSO – peso 10%

Investimentos – PDD – peso 10%

Inadimplência – peso 10%

Redução do “P” – peso 10%

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No início do ano subsequente ao exercício e após a apuração dos resultados financeiros da companhia, os valores obtidos pelos indicadores determinam a remuneração variável, dentro dos parâmetros pré-fixados.

e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

A prática de remuneração utilizada pela companhia é baseada em valores fixos e eventualmente variáveis. A remuneração fixa garante a competitividade e atratividade de profissionais altamente qualificados, já a variável é estabelecida com base em indicadores de desempenho e paga aos Diretores, nas mesmas bases em que são distribuídos aos empregados.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração é suportada pela própria companhia.

g) remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários



Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

13.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria da Companhia e remuneração prevista para o exercício social de 2012.

#### DIRETORIA

a. órgão	DIRETORIA Proposta 2012	2009	2010	2011
b. número de membros	09	06 até março 03 de março a dez.	03	03
c. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
• Salário ou pró-labore	R\$3.666.667,00	R\$726.000,01	R\$ 624.066,67	R\$ 1.016.000,00
• benefícios diretos ou indiretos	--	--	--	--
• participação em comitês	--	--	--	--
• outros	--	--	--	--
ii. remuneração variável, segregada em:				
bônus	--	--	--	--
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	R\$1.375.000,00	R\$ 111.098,50	R\$ 105.020,67	R\$ 218.110,00
Remuneração por participação em reuniões	--	--	--	--
comissões	--	--	--	--
outros	--	--	--	--
iii. benefícios pós-emprego	--	--	--	--
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	--	--	--	--



v. remuneração baseada em ações	--	--	--	--
---------------------------------	----	----	----	----

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

a. órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Proposta 2012	2009	2010	2011
b. número de membros	13	13	13	13
c. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
• Salário ou pró-labore	R\$ 953.333,31	R\$ 683.906,67	R\$ 686.400,00	R\$ 617.892,62
• benefícios diretos ou indiretos	--	--	--	--
• participação em comitês	--	--	--	--
• outros	--	--	--	--
ii. remuneração variável, segregada em:				
bônus	--	--	--	--
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	--	--	--	--
Remuneração por participação em reuniões	--	--	--	--
comissões	--	--	--	--
outros	--	--	--	--
iii. benefícios pós-emprego	--	--	--	--
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	--	--	--	--
v. remuneração baseada em ações	--	--	--	--



REEMBOLSO DE DESPESAS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO (reuniões ordinárias mensais)	R\$300.000,00	R\$ 100.000,00	R\$100.000,00	R\$144.000,00
--	---------------	----------------	---------------	---------------

#### CONSELHO FISCAL

a. órgão	CONSELHO FISCAL Proposta 2012	2009	2010	2011
b. número de membros	5	5	5	5
c. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
• Salário ou pró-labore	R\$183.330,00	R\$ 176.000,00	R\$ 132.000,00	R\$122.199,87
• benefícios diretos ou indiretos	--	--	--	--
• participação em comitês	--	--	--	--
• outros	--	--	--	--
ii. remuneração variável, segregada em:				
bônus	--	--	--	--
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	--	--	--	--
Remuneração por participação em reuniões	--	--	--	--
comissões	--	--	--	--
outros	--	--	--	--
iii. benefícios pós-emprego	--	--	--	--
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	--	--	--	--



v. remuneração baseada em ações	--	--	--	--
REEMBOLSO DE DESPESAS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO (reuniões ordinárias mensais)	R\$100.000,00	--	--	--

13.2.c.i Remuneração Fixa anual segregada em: (a) salário ou pró-labore; (b) benefícios diretos e indiretos; (c) remuneração por participação em comitês; (d) outros

Remuneração anual fixa (a) por salário ou pro labore:

Conselho de Administração - R\$953.333,31

Conselho Fiscal – R\$183.330,00

Diretoria – R\$3.666.667,00

Neste exercício e nos 3 (três) exercícios anteriores, a companhia não aplica/aplicou remuneração por participação em comitês ou outra forma de remuneração que não a remuneração por salário ou pró-labore e benefícios diretos ou indiretos descritos no quadro acima.

13.2.c.i Remuneração Variável segregada em: (a) bônus; (b) participação nos resultados; (c) remuneração por participação em reuniões; (d) comissões; (e) outros.

Remuneração Variável segregada em Participação nos Resultados:

Conselho de Administração - Não se aplica

Conselho Fiscal – Não se aplica

Diretoria – R\$ R\$1.375.000,00

13.2.c.iii Benefícios pós emprego (iv) pela cessação do exercício do cargo e (v) remuneração baseada em ações.

Não se aplica

13.2.e Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

R\$ 6.202.010,00

13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais da Companhia e remuneração prevista para o exercício social de 2012.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ORGÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
MEMBROS	13
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	





Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	Não se aplica
---	---------------

#### CONSELHO FISCAL

ORGÃO	CONSELHO FISCAL
MEMBROS	05
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	Não se aplica

#### DIRETORIA

ORGÃO	DIRETORIA
MEMBROS	09
<b>REMUNERAÇÃO VARIÁVEL</b> - em relação ao bônus - em relação à participação no resultado – 2012:  - valor mínimo previsto no plano de remuneração - valor máximo previsto no plano de remuneração - valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas  - valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não se aplica  R\$ 0,0 R\$175.000,00 R\$175.000,00  2009 – 03 membros – R\$ 270.000,00 2010 – 03 membros – R\$ 316.250,00 2011 – 03 membros – R\$ 185.110,00 (não paga a 2ª Parcela da PLR- abril 2012)

#### 13.4 Plano de Opção de Ações

Não se aplica

#### 13.5 Ações detidas pelos membros da Administração da Companhia

ACIONISTAS	AÇÕES ON QUANTIDADE	AÇÕES PN QUANTIDADE	TOTAL QUANTIDADE
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	5	111	116



13.6. Plano de Opção de Ações reconhecido nos três últimos exercícios sociais exercício das Opções

Não se aplica

13.7 Opções de Ações em aberto

Não se aplica.

13.8 Opções exercidas

Não se aplica

13.9 Informações relevantes sobre Plano de Opção de Compra de Ações

Não se aplica

13.10 Planos de previdência dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

Não se aplica

13.11 Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais

#### **Exercícios – 2009/2010**

##### **Conselho de Administração**

Número de Membros 13

Remuneração anual

Menor Remuneração Individual - R\$52.800,00

Maior Remuneração Individual - R\$52.800,0

Valor Médio de Remuneração Individual - R\$52.800,00

##### **Conselho Fiscal**

Número de Membros 5

Remuneração anual

Menor Remuneração Individual - R\$26.400

Maior Remuneração Individual - R\$26.400

Valor Médio de Remuneração Individual - R\$26.400

##### **Diretoria**

Número de Membros 3

Remuneração anual

Menor Remuneração Individual - R\$439.120,00

Maior Remuneração Individual - R\$439.120,00



Valor Médio de Remuneração Individual - R\$439.120,00

A remuneração dos administradores para o exercício 2010 foi a mesma praticada em 2009.

#### **Exercício – 2011**

##### **Conselho de Administração**

Número de Membros 13

Remuneração anual

Menor Remuneração Individual - R\$75.996,00

Maior Remuneração Individual - R\$75.996,00

Valor Médio de Remuneração Individual - R\$75.996,00

##### **Conselho Fiscal**

Número de Membros 5

Remuneração anual

Menor Remuneração Individual - R\$37.998,00

Maior Remuneração Individual - R\$37.998,00

Valor Médio de Remuneração Individual - R\$37.998,00

##### **Diretoria**

Número de Membros 3

Remuneração anual

Menor Remuneração Individual - R\$400.000,00

Maior Remuneração Individual - R\$456.666,00

Valor Médio de Remuneração Individual - R\$ 418.888,66

13.12 Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

**Não se aplica**

13.13 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

**Não se aplica**

13.14 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

**Não se aplica**



13.15 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

**Não se aplica**

13.16 Outras Informações Relevantes

**Não há**